

Sinpro cobra o GDF sobre a realização de novo concurso público para o magistério

A Secretaria de Educação informou que está empenhando áreas técnicas para a formulação do certame

Por **Mateus Lincoln**

Neste mês, o Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF) notificou ao Tribunal de Justiça do DF e dos Territórios (TJDFT) o descumprimento, por parte do governo do DF (GDF), do acordo de greve firmado em junho do ano passado.

De acordo com o sindicato, ficaram acordados com o governo local o envio à Câmara Legislativa do DF (CLDF), a realização de um novo concurso público para o magistério, com a divulgação do edital prevista ainda para o primeiro semestre de 2026.

Segundo Márcia Gilda, diretora do Sinpro-DF, atualmente, há cerca de 23 mil professores em sala de aula, dos quais, quase 15 mil estão relacionados a contratos temporários. Esses números equivalem a cerca de 65% dos cargos sendo ocupados por temporários. “É urgente que se faça a recomposição do quadro do magistério público do DF”, afirmou.

Na notificação apresentada, o sindicato cita também a Decisão Ordinária nº 1441/2026 do Tribunal de Contas local (TCDF), que apontou irregularidades na ocupação de funções efetivas por professores temporários,



Sindicato notificou o TJDFT sobre o descumprimento do GDF no acordo firmado para encerrar a greve de junho de 2025

devido às vacâncias permanentes decorrentes de aposentadorias, demissões, etc.

Conforme comunicado ao Correio da Manhã por Gilda, o acordo com o Executivo local foi firmado com a mediação do TJDFT e homologado junto ao tribunal, “tornando-se título judicial, ou seja, com força de lei”, explicou ela.

O QUE DIZ O GDF

À reportagem, a Secretaria de Estado de Educação (SEE-DF) informou que vem promovendo, a partir das

equipes técnicas da pasta, a instrução do processo administrativo destinado à realização do novo concurso público para o provimento das vagas do magistério.

A SEE salientou que o processo está seguindo conforme a portaria nº 825, de outubro de 2025, que delegou à pasta a condução do certame.

“Ressalta-se que se trata de concurso público de elevada complexidade técnica, envolvendo a elaboração de provas para mais de 40 especialidades da Carreira do Magistério

Público, além de 15 especialidades da Carreira de Políticas Públicas e Gestão Educacional, o que demanda criterioso planejamento, observância das normas aplicáveis e rigor técnico em todas as etapas preparatórias”, pontuou a secretaria de governo.

Conforme justificado pela Educação, o concurso aguarda a manifestação do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF) após requerimento da pasta para ratificar a possibilidade de realização do concurso público durante o

defeso eleitoral, período em que a Justiça Eleitoral impõe determinadas restrições à administração pública.

“A SEE-DF reitera que permanece envidando todos os esforços necessários para o integral cumprimento dos compromissos assumidos pelo governo do Distrito Federal no acordo firmado com a representação sindical da categoria, observando, contudo, o dever de compatibilizar sua atuação com o ordenamento jurídico vigente e com a necessidade de garantir a plena legalidade e segurança do certame, em benefício da Administração Pública e dos futuros candidatos”, destacou a pasta em nota.

O QUE FOI CUMPRIDO

Gilda indicou que o GDF cumpriu alguns pontos do acordo firmado com o Sinpro-DF. Entre eles, a elaboração de um projeto pelo Executivo referente à progressão horizontal de carreira.

Além disso, foram feitas as nomeações previstas até dezembro do último ano e a prorrogação do concurso que venceria naquele mesmo mês. A diretora do sindicato citou também o estabelecimento de uma mesa-permanente para a negociação da reestruturação da carreira.

Mais de 390 mil atendimentos na Defensoria em 2026

A Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) informou que realizou mais de 390 mil atendimentos no primeiro semestre deste ano.

A média foi de cerca de 65 mil assistências por mês e aproximadamente 2,7 mil por dia, distribuídas entre os 39 núcleos da instituição instalados em diferentes regiões.

Para o órgão, o volume registrado reforça a necessidade de ampliar a estrutura disponível para acompanhar o crescimento da procura pelos serviços gratuitos. Responsável por prestar assistência jurídica à população em situação de vulnerabilidade, a DPDF atua em demandas relacionadas a saúde, moradia, alimentação, convivência familiar e outras áreas.

Segundo a instituição, o

aumento da busca por esse suporte acompanha a expansão das necessidades sociais e exige investimentos para garantir condições adequadas de funcionamento.

Um dos pontos apontados pela Defensoria é a situação das unidades onde os atendimentos são realizados.

Atualmente, todos os núcleos funcionam em imóveis que não pertencem ao órgão.

Entre eles está o Núcleo de Santa Maria, instalado no subsolo do fórum da cidade, condição que, de acordo com a DPDF, afeta o atendimento ao público e as condições de trabalho dos servidores.

Para enfrentar esse cenário, a instituição defende a aprovação da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 21 (PELO 21). O texto já recebeu

aprovação em primeiro turno na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) e deve voltar à pauta para votação em segundo turno no segundo semestre deste ano.

De acordo com a Defensoria, a proposta pretende garantir maior previsibilidade orçamentária e autonomia financeira, permitindo investimentos em infraestrutura e expansão das atividades.

Entre as medidas previstas estão a abertura de novas frentes de atuação em outras regiões, a redução do tempo de espera, o fortalecimento da mediação de conflitos e a ampliação dos atendimentos itinerantes destinados às comunidades distantes. A expectativa do órgão é ampliar o acesso da população aos serviços jurídicos gratuitos.



DPDF realizou uma média de quase 2,7 mil atendimentos por dia e 65 mil por mês